

Contribuinte vai pagar a conta

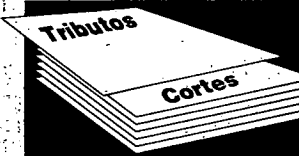
O AJUSTE FISCAL PREVÊ O AUMENTO DE 5% DAS ALÍQUOTAS DOS IMPOSTOS FEDERAIS, INCLUSIVE O IMPOSTO DE RENDA.

RIBAMAR OLIVEIRA

O ajuste fiscal anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prevê o aumento de 5% das alíquotas de todos os impostos federais, inclusive o Imposto de Renda, um corte de US\$ 22,1 bilhões no Orçamento de 1994 (veja matéria na página 8) e uma emenda à Constituição que permitirá à União reduzir as transferências constitucionais de recursos para Estados e municípios e todas as demais vinculações orçamentárias (como os 18% de receitas gastos obrigatoriamente em educação). A emenda prevê a retenção de 15% de todas as receitas da União antes de feitos os repasses constitucionais, para financiar programas sociais e os gastos com Saúde.

O ajuste prevê também uma reforma administrativa profunda, que o ministro não detalhou e que será definida até janeiro pelo presidente Itamar Franco, e a criação de um programa federal de descentralização — encarregado de repassar para governos estaduais e prefeituras os órgãos federais que serão desativados e as atividades que a União não desempenhará mais. O ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann, disse que uma das atividades que será repassada para os governos estaduais será a administração dos trens urbanos. Jungmann admitiu a possibilidade desse programa de descentralização, com prazo de dois anos, ser executado por um ministério extraordinário.

FHC disse que o governo propõe alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1994, com o objetivo de fixar uma norma que impeça o lançamento de títulos para financiar o



Confira as principais medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda

Aumento de impostos

A equipe econômica propôs ao Congresso um aumento de 5% nas alíquotas de impostos federais (de pessoas físicas e jurídicas) para financiar despesas do governo na área social.

Reserva Social de Emergência

Para financiar os programas sociais. Esta reserva será formada a partir de um fundo de recursos, que vigorará pelo prazo de dois anos e será constituído com a receita do aumento de 5% de todas as alíquotas de impostos federais e por 15% das receitas da União. O ministro Fernando Henrique acredita que o fundo irá gerar US\$ 16 bilhões por ano.

Emenda

A Reserva de Emergência só será viabilizada se o Congresso aprovar uma emenda à Constituição, para alterar as receitas vinculadas. Ou seja, FHC quer autorização do Congresso para bloquear 15% dos recursos que a União é obrigada a repassar aos Estados e municípios.

Cortes

O governo propõe um corte nas despesas de US\$ 22,1 bilhões, atingindo principalmente custeio e investimentos.

Títulos

FHC propôs também ao Congresso modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para impedir que o governo emita títulos públicos para financiar suas despesas. Se a medida for aprovada, o governo fica proibido de contrair novas dívidas.

Descentralização

Os ministros da Fazenda e Planejamento discutirão com o presidente Itamar Franco a criação de uma "Agência de Descentralização", que executaria o Programa Nacional de Descentralização. A ideia é que esta agência passe a administrar o programa que, no prazo de dois anos, se transformaria numa verdadeira reforma administrativa.

déficit público. Para fechar as contas, o ministro da Fazenda afirmou que o governo conta com a arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ambos na dependência de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com o ajuste, FHC admitiu que o País terá "uma dieta dura" nos próximos seis meses. "Mas

essa dieta será recompensada porque nós vamos estabilizar a inflação", afirmou. Ele justificou o aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos federais e a criação da reserva social de emergência como "uma ponte" que permitirá a governabilidade no último ano do presidente Itamar Franco e no primeiro ano do próximo presidente da República. "É possível zerar o déficit público, mas precisamos que o Congresso aprove essa emenda

constitucional", afirmou.

Quando retornar do Canadá, para onde viajou ontem à noite, FHC anunciará o seu plano de combate direto à inflação, que prevê a criação de um novo indexador e sua posterior transformação em moeda — a moeda índice. Ontem, o ministro não quis falar sobre o plano e disse apenas que, ao retornar, terá uma longa conversa com o presidente Itamar Franco sobre os próximos passos do programa de estabilização. "Não tenham dúvidas de que vamos fazer a estabilização", afirmou.

No Ministério da Previdência Social, a estimativa é que o aumento de 5% nos impostos e contribuições levarão a um crescimento da arrecadação, para a o setor, de cerca de US\$ 1 bilhão. Essa é a estimativa preliminar do Ministério da Previdência Social. O adicional que for arrecadado vai para a Reserva Social de Emergência, mas deve retornar a Previdência para o pagamento das aposentadorias e pensões. Hoje, toda a arrecadação anual da Previdência, de US\$ 22 bilhões, é destinada ao pagamento dos 14,5 milhões de segurados.

O aumento da contribuição fará com que a alíquota efetiva da Previdência Social sobre a folha de salários passe de 22,2% para 23,31%. A alíquota paga pelos trabalhadores vai passar de 8%, 9% e 10% para 8,4%, 9,45% e 10,5%. Contribui com 8% para a Previdência Social o trabalhador que ganha até CR\$ 40.536,16 este mês. A alíquota é de 9% para o trabalhador que ganha até Cr\$ 67.560,22%. Quem recebe acima desse valor contribui hoje com 10% para a Previdência Social.